



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO
AMAZONAS S. A. - AFEAM

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA Nº 23/2020

A Diretoria da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM no uso de suas atribuições estatutárias, reunida nesta data, por meio de videoconferência, e considerando: a) o exposto no Parecer nº 87/2020-GERAD, de 13.4.2020 propondo a celebração de Alvará de Autorização de Uso de Bem do Patrimônio Estadual entre a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. AFEAM e o Banco Bradesco S.A., para funcionamento de Posto de Atendimento Bancário - PAB BRADESCO; e designação de responsável pela fiscalização do contrato, conforme Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da AFEAM, Capítulo 1, Seção 2; b) a manifestação jurídica por meio do Parecer nº 34/2020-GEJURI, de 13.4.2020, que após examinar o Parecer nº 87/2020-GERAD, conclui que a permissão é o ato administrativo apropriado para a AFEAM conceder ao banco Bradesco S.A. o uso parcial de bem imóvel do Estado do Amazonas (sala da AFEAM), por dispensa de licitação com fundamento no artigo 30, § 4º, da Lei estadual nº 2.754, de 2002, combinado com o artigo 28, § 3º, inciso II, e § 4º, da Lei nº 13.303, de 2016, e com o artigo 192, da Constituição Federal de 1988, c) o Parecer da Gerência de Controles Internos e Riscos - GECOR, de 14.04.2020;

RESOLVE

1. **AUTORIZAR** a celebração de Termo de Permissão de Uso de Bem do Patrimônio Estadual, com o Banco Bradesco S.A., nas seguintes bases: a) **Do Objeto:** Utilização pelo BANCO BRADESCO S.A., de uma sala localizada nas instalações da sede da AFEAM, situada na Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, CEP 69058-795, bloco Rio Negro, Manaus, Amazonas, medindo 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), contendo 2 (dois) aparelhos de ar-condicionado, modelo 2001, tipo *split*, marca *Totaline*, com capacidade de 30.000 (trinta mil) BTUS cada, registrados no patrimônio da AFEAM sob o nº AF1131 e 1132; e, respectivamente 2 (dois) evaporadores, modelo *Totaline* de 30k e 60Hz, registrado no patrimônio AFEAM sob o número AF 1134 e 1135, para nela instalar e fazer funcionar um Posto de Atendimento Bancário (PAB) para as atividades ligadas à AFEAM; b) **Do Prazo:** Pelo período de 2 (dois) anos, 8 (oito) meses e 16 (dezesesseis) dias, ou seja, de 15.4.2020 a 31.12.2022;
2. **DESIGNAR** o empregado Rafael Peres Simoes, matrícula nº 341, para exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização do Termo de Permissão de Uso de Bem do Patrimônio Estadual a ser celebrado entre a AFEAM e o Banco Bradesco S.A.;
3. **DETERMINAR** à GERAD que observe na instrução (aparelhamento) do procedimento de outorga de Permissão de Uso de Bem do Patrimônio Estadual as regras, condições, forma, terminologia e o instrumento previstos na Lei estadual nº 2.754, de 2002;
4. **DETERMINAR** à GERAD a adoção das providências legais decorrentes da presente decisão.

Manaus, 14 de abril de 2020

MARCOS VINÍCIUS CARDOZO DE CASTRO
Diretor - Presidente

JOÃO BATISTA SILVA TAVARES
Diretor de Crédito

CRISTINA COELHO DA SILVA
Diretora de Administração

Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.- AFEAM
Av. Constantino Nery nº 5.733 – Flores
Fone (92) 3655-3033/3655-3045
Ouvidoria – 0800 286 3066
e-mail: gabinete@afeam.org.br
Manaus-AM - CEP: 69.058-795

Ao

Governo do Estado do Amazonas**Ilma. Sra. Mônica Cristina da Silva Barros – Gerente Administrativa****Ref.: Carta nº 869/2020 - GERAD**

O **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira de direito privado, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco/SP, CEP n.º 06029-900, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, através de seu representante legal abaixo subscrito, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em atenção à carta acima epigrafada, manifestar interesse na renovação do contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses.

Por oportuno, solicitamos avaliar a necessidade de formalização de novo instrumento haja vista que este espaço está contemplado no edital de licitação, Pregão Presencial Nº 017/2016, contrato Nº 33/16, com vigência a partir de 01/01/2018 à 31/12/2022.

Sendo o que nos cumpria informar, e certos do pronto atendimento de nossa solicitação, aproveitamos a oportunidade para reafirmar nossos mais sinceros votos de elevada estima e consideração.


Ronney Silva Aguiar
143053**BANCO BRADESCO S.A.**
Sidney S. Albuquerque Jr.
167382



AMAZONAS



TERMO DE CONTRATO Nº 33/16 - SEFAZ

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DA SEFAZ, E O BANCO BRADESCO S.A., na forma abaixo:

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, o **ESTADO DO AMAZONAS**, CNPJ/MF nº 04.312.369/0001-90, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, com sede na nesta cidade de Manaus, na Av. André Araújo, 150, Aleixo, inscrita no CNPJ/MF nº 04.312.377/0001-37, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Vice-Governador do Estado do Amazonas, o Senhor **JOSÉ HENRIQUE OLIVEIRA**, brasileiro, portador do R.G. nº 1313126-5 SSP/AM e do CPF nº 308.244.434-20, assessorado pela Procuradora-Geral do Estado, a Senhora **HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA**, nomeada pelo Decreto Governamental de 14/10/2016, brasileira, casada, portadora do R.G. nº 43444-8 SSP/AM e do C.P.F. nº 142.463.172-68, residente e domiciliada nesta cidade, na Avenida Ephigênio Salles, nº 2226, quadra F, casa 9, CEP 69060-020, e pelo Secretário de Estado da Fazenda, o Senhor **AFONSO LOBO MORAES**, nomeado pelo Decreto Governamental de 10/12/2012, brasileiro, casado, portador do R.G. nº 615.717 SSP/AM e do CPF nº 160.553.222-34, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Mário Ipiranga, nº 1939, Apt. 1001, Edifício Carlos Drummond de Andrade, CEP 69.057-002, e o Banco **Bradesco S.A.**, adiante designado simplesmente **CONTRATADO**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial de São Paulo, sob o nº 69.99.915, sediada na cidade de Osasco/SP, na Cidade de Deus, Bairro Vila Yara, CEP 06029-900, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato representado pelo Senhor **SÉRGIO HOZANNAH MARREIRO**, brasileiro, casado, bancário, portador do R.G. nº 1456909-4 SSP/AM e do CPF nº 637.088.762-53, e pelo Senhor **ANTÔNIO CÉSAR LOPES**, brasileiro, casado, bancário, portador do R.G. nº 24848705 SSP/SP e do CPF nº 174.038.608-61, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 18368/16-5-SEFAZ, doravante denominado de **PROCESSO**, com base no **PREGÃO PRESENCIAL** nº 017/2016-CGL e no disposto na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, ajustam o presente **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com

FAZENDA



AMAZONAS



a minuta aprovada pela Procuradoria Geral do Estado, nos autos do Processo Administrativo nº 7901/2011-PGE, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto desta licitação consiste na contratação de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de forma exclusiva de serviço bancário de realização da folha de pagamento dos agentes públicos ativos, inativos, e pensionistas das administrações direta e indireta do Poder Executivo do Estado e Instituto de Previdência do Estado do Amazonas - AMAZONPREV, pagamento de credores do Estado, arrecadação de impostos, tributos, taxas e preços, inclusive a arrecadação de receitas do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e pagamento aos beneficiários de programas sociais, em conformidade com o Projeto Básico anexo a este edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O presente instrumento terá vigência a partir da data da publicação do extrato do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento, bem como a prestação dos serviços produzirá seus efeitos a partir de 01/01/2018, em razão da necessidade de se respeitar o contrato ainda em curso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prestação de serviços, a serem executados de forma contínua, terá a duração de 60 (sessenta) meses.

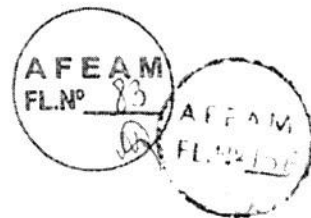
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Pelos serviços de pagamento da folha salarial, a CONTRATADA pagará ao CONTRATANTE o valor de R\$ 301.000.005,00 (trezentos e um milhões e cinco reais), em parcela única, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da data de assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito na Conta Única nº 16200-0, Agência 3739, do Banco 237.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Em caso de atraso no pagamento, a CONTRATADA deverá pagar ao CONTRATANTE a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária, e juros de 12% (doze por cento), ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO. No caso acima, o valor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, conforme a Lei Estadual nº 12.525/2003.

FAZENDA



PARÁGRAFO QUARTO. Os juros de 12 % (doze por cento) ao ano, *pro rata die*, serão calculados e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times V$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

I = Índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12 %: (12/100)/365);

N = Número de dias entre a data fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS E TRIBUTOS: Serão de inteira responsabilidade do CONTRATADO os encargos e obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes do presente Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. A inadimplência do CONTRATADO com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: O CONTRATANTE obriga-se a:

a) Informar ao CONTRATADO a previsão dos pagamentos com antecedência de 48 horas e depositar na conta corrente nº 12.086-3, Agência 3739, Banco 237, o montante necessário com antecedência mínima de 24 horas da data prevista para a realização dos pagamentos, já que o calendário de pagamento é variável em função do fluxo de caixa do CONTRATANTE.

b) Fiscalizar a execução dos serviços a aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratuais previstas;

c) Observar as disposições, rotinas e procedimentos que lhe competem, de acordo com os Procedimentos Operacionais da Folha de Pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: Cabe a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ acompanhar e fiscalizar o cumprimento das disposições contratuais, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Procuradoria Geral do Estado, no âmbito de sua competência institucional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ acompanhará e fiscalizará a execução do objeto do contrato e notificará o CONTRATADO sobre as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas, quando ser fizer necessário, cabendo ao CONTRATADO a sua imediata correção, sem prejuízo das sanções aplicáveis pelo CONTRATANTE. A fiscalização contará com o apoio da Especial da Procuradoria Geral do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A fiscalização do contrato não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade do CONTRATADO Na execução do objeto contratado, inclusive por danos que possam ser causados a Administração ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo do CONTRATADO na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: Além das obrigações explícitas ou implícitas constantes do Edital de licitação e anexos do Pregão Presencial nº 017/2016, o CONTRATADO obriga-se a cumprir o seguinte:

- a) Executar o objeto de acordo com as disposições do Termo de Referência e respectivos anexos;
- b) Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como, as normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de salários;
- c) Fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado;
- d) Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao CONTRATANTE de maneira competitiva no mercado;
- e) Proceder, sem ônus para o CONTRATANTE, todas as adaptações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento;
- f) Disponibilizar, no prazo constante do cronograma a ser elaborado em comum acordo pelas partes, aos empregados públicos ativos, servidores públicos ativos e inativos, e pensionistas a impressão de demonstrativos de pagamento (contra-

cheque), nos terminais de atendimento eletrônico, limitada a gratuidade a emissão de 02 (duas) impressões mensais.

g) Manter o histórico dos pagamentos de pessoal pelo período de vigência do contrato e fornecer as informações quando solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para pagamentos realizados dos últimos 60 (sessenta) dias e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido;

h) Cumprir a capilaridade mínima prevista no Termo de Referência, devendo comprovar essa exigência após 06 (seis) meses da assinatura do contrato;

i) Manter durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, informando à CONTRATANTE a superveniência de qualquer atol ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação.

j) Proceder de acordo com a Resolução nº 3.424/2006-BACEN, quanto à abertura de conta salário aos servidores, aposentados, pensionistas e similares.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO: Não serão admitidas subcontratação, cessão ou transferência, total, ou parcial, do objeto do presente instrumento, associação do CONTRATADO com outrem, bem como a fusão, a cisão ou incorporação, não aceitas pela CONTRATANTE. Que impliquem em substituição do CONTRATADO por outra pessoa, e comprometa a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO: Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, a inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Em caso de rescisão contratual por iniciativa do CONTRATANTE, e desde que o CONTRATADO não tenha concorrido para a rescisão, a CONTRATANTE obriga-se a restituir o valor pago pelo CONTRATADO, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, corrigido, pelo IPCA do IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O valor da restituição prevista no parágrafo anterior será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do termo de rescisão.



GOV. DO ESTADO DO
AMAZONAS



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES: Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços objeto do contrato, o CONTRATANTE poderá, sem prejuízo do disposto nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções, após regular processo administrativo:

I - Advertência por escrito;

II - Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia, até o trigésimo dia por atraso na prestação do serviço contratado, sem justificativas aceitas pelo Estado;

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

IV - Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

V - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do CONTRATADO em assinar o contrato.

VI - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

VII - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto persistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que tiver aplicado a penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O descumprimento, pelo CONTRATADO, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados ao Estado judicialmente, inclusive pelo Ministério Público e Tribunal de Contas, além de multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0 % (um por cento), sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO: Fazem parte integrante e constitutiva do presente contrato,

AMAZONAS, 11 de fevereiro de 1994.

FAZENDA

independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, os documentos abaixo relacionados:

- a) Processo Licitatório;
- b) A Proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos sempre em consonância com as disposições da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEITA - DO FORO COMPETENTE: É competente o foro da Comarca de Manaus, capital do Estado do Amazonas, para dirimir qualquer divergência ou dúvida fundada no presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA: Os débitos do CONTRATADO para com a CONTRATANTE, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, como condição de eficácia do presente ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CLÁUSULA ESSENCIAL: Constitui, também, cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de exceção de inadimplemento, sem fundamento para a unilateral interrupção do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS NORMAS APLICÁVEIS: O presente contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que complementarem cujas normas são consideradas desde já como integrantes do presente Termo, em especial a Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitarem-se às estipulações, sistemas de penalidade e demais regras



AMAZONAS



delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

E, por estarem assim justas e acordadas, ambas as partes assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito jurídico e legal, na presença de 02 (duas) testemunhas que no final também o subscrevem.

[Signature]
JOSÉ HENRIQUE OLIVEIRA

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

[Signature]
AFONSO LOBO MORAES

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

[Signature]
HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO

[Signature]
ANTÔNIO CESAR LOPES
BANCO BRADESCO S.A.

[Signature]
SÉRGIO HOZANNAH MARREIRO
BANCO BRADESCO S.A.

TESTEMUNHAS:

1. *[Signature]*

2. *[Signature]*

[Signature]
Fazenda do Estado do Amazonas
Rua 10 de Junho, 1000, 66001-900
Belém, PA

[Faint text]

FAZENDA

PROJETO BÁSICO PARA: Contratação de serviços bancários para realização de pagamentos e arrecadação de valores do Poder Executivo Estadual.

12/11

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Órgão/ Entidade Proponente: Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ		Nº do C.N.P.J 04.312.377/0001-37	
Endereço: Avenida André Araújo, 150, Aleixo			
Cidade: Manaus	U.F.: AM	CEP: 69060-000	Telefone: (92) 2121-1880

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1. TÍTULO DO PROJETO

Contratação de serviços bancários para realização de pagamentos e arrecadação de valores do Poder Executivo Estadual.

2.2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

2.2.1. Contratação de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de forma exclusiva de serviço bancário de realização da folha de pagamento dos agentes públicos ativos, inativos, e pensionistas das Administrações Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado e Instituto de Previdência do Estado do Amazonas - AMAZONPREV, pagamento de credores do Estado, arrecadação de impostos, tributos, taxas e preços, inclusive a arrecadação de receitas do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e pagamento aos beneficiários de Programas Sociais, conforme anexos A, B, C e D deste Termo de Referência.

2.2.2. A exclusividade de que trata o item 2.2. sobre o serviço bancário de arrecadação de tributos não se aplica ao pagamento dos documentos de arrecadação dos tributos estaduais, uma vez que é possibilitado ao contribuinte efetuar o pagamento dos respectivos tributos em qualquer banco devidamente credenciado.

2.2.3. VALORES OPERACIONALIZADOS

As movimentações financeiras de julho de 2016 totalizaram aproximadamente R\$ 372.236.954 (bruto) e R\$ 253.634.869 (líquido), através de pagamentos de remunerações a 102.725 servidores ativos, inativos, e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Estado.

2.2.4. SISTEMAS DE INFORMÁTICA

Dada a natureza dos sistemas operados pela Secretaria de Estado de Administração e Gestão e do sistema de folha de pagamento operado pela PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S/A, cuja exportação de dados é realizada através dos recursos tecnológicos de sistemas de troca eletrônica de dados, a instituição financeira à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se a manter pessoal treinado para lidar com as operações inerentes a esses sistemas, indicando, um responsável local e um gestor estadual para esses sistemas com poderes idôneos de direção e supervisão, com domicílio em Manaus, para fins de contato e comunicação direta com os órgãos estaduais competentes.

Em função da natureza e quantidade das informações a serem transferidas, não será

possível a utilização de placas *fax/modem*. Os sistemas porventura necessários deverão ser acessados através de linha dedicada, Internet ou Extranet. Além disso, os computadores e usuários envolvidos deverão ter suas identidades verificadas através de certificados digitais e as informações em trânsito deverão ser criptografadas.

Ainda, a instituição financeira à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se a comunicar obrigatória e previamente, por qualquer meio idôneo, ao Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, o recebimento de qualquer determinação que implique em débito ou bloqueio na conta pagamento, inclusive os provenientes de decisões ou sentenças judiciais.

Da mesma forma, os pagamentos que não atendam aos padrões estabelecidos nos procedimentos relativos ao sistema em operação deverão ser previamente autorizados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

2.2.5. TRATAMENTO PREFERENCIAL

O Estado e seus servidores serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada a contratação em tela.

Deverá ainda a instituição contratada disponibilizar aos agentes públicos estaduais ativos, inativos e pensionistas, constantes da folha de pagamento objeto do presente projeto básico, o serviço bancário de empréstimo consignado diretamente por meio dos terminais de autoatendimento ou por meio de cartão, em consonância com a legislação federal e estadual de regência, diretamente em terminais de autoatendimento.

3. JUSTIFICATIVA

Em virtude do encerramento do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços Bancários, no exercício vindouro, deve-se iniciar o certame licitatório para contratação, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, do serviço de realização da folha de pagamento dos agentes públicos das Administrações Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado, bem como dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência do Estado, pagamento a credores e arrecadação estadual de impostos, tributos, taxas e preços, inclusive a arrecadação de receitas do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e pagamento aos beneficiários de Programas Sociais.

A administração da folha de pagamento dos agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e do Instituto Previdenciário do Estado - AMAZONPREV, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como dos benefícios previdenciários do regime próprio de previdência do Estado, movimenta um expressivo volume de recursos, requerendo eficiência e eficácia nas operações financeiras de pagamento. As vantagens da contratação de uma grande instituição financeira estão relacionadas ao aproveitamento das estruturas externas: aprimoradas, especializadas e capazes de garantir maior celeridade e segurança aos processos, de pagamentos e oferta de serviços bancários a seus funcionários e fornecedores.

Vale ressaltar que o objeto do contrato, ainda em curso, abrange não só a realização da folha de pagamento dos servidores estaduais, mas também o pagamento aos fornecedores do Estado, centralização bancária da arrecadação das receitas estaduais no âmbito do Poder

Executivo, inclusive a arrecadação do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e pagamento aos beneficiários de Programas Sociais.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Só poderão participar instituições financeiras legalmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O requisito para a habilitação da instituição financeira é a solidez financeira e patrimonial, comprovada mediante a apresentação do último balanço e demonstrações financeiras exigidas pela legislação de regência e do qual se possam extrair índices que comprovem a sua boa situação financeira, no caso o índice mínimo utilizado para medir a solvência bancária, conforme estipulado no edital, de acordo com as normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.

6. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A instituição financeira contratada não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Estado.

7. CAPILARIDADE

Considerando a atuação da Administração Pública Estadual não somente na capital do Estado, mas em todo o território estadual, disseminada em todos os municípios do Amazonas, atendendo os seus servidores ativos, inativos, e pensionistas espalhados por todo o Estado, é necessário que o licitante tenha objetivamente presença em todo o Estado.

Dessa forma, a instituição financeira contratada deverá atender ao critério de disseminação territorial no Estado aqui denominado de "capilaridade mínima". Tal exigência deverá ser comprovada após 06 (seis) meses da assinatura do respectivo contrato administrativo, sob pena de rescisão contratual.

A capilaridade mínima será representada pela quantidade de agências bancárias nas localidades indicadas no anexo D.

*18 621 = 61 agência sendo:
27 me capital*

8. EXCLUSIVIDADE

A instituição financeira contratada terá exclusividade na instalação de postos de atendimento bancário e postos de atendimento eletrônico em imóveis ocupados pelo Estado.

9. **PERÍODO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços iniciará em 1º de janeiro de 2018, por ocasião do término do contrato atual, estendendo-se até 31 de dezembro de 2022.

10. **PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR MÍNIMO A SER OFERTADO NA LICITAÇÃO**

10.1. O valor mínimo da proposta a ser ofertado na licitação será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

10.2. O pagamento do valor homologado na licitação deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, em uma única parcela, em conta indicada pela Secretaria da Fazenda de titularidade do Governo do Estado.

10.3. Em caso de atraso no pagamento, o contratado deverá pagar ao contratante a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária, e juros de mora de 12% (doze por cento), ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

10.4. No caso acima, o valor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, fornecido pelo IBGE, conforme a Lei Estadual nº 12.525/2003, ou outro que venha a substituí-lo.

10.5. Os juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata die*, serão calculados e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times V$$

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12%: $(12/100)/365$)

N = Número de dias entre a data fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento

V = valor em atraso

11. PENALIDADES

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documento exigido ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item seguinte.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou assinar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor ofertado, além das penalidades legalmente estabelecidas, de acordo com o edital de licitação.

Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços objeto do Contrato, a Administração poderá, sem prejuízo do disposto nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, após regular processo administrativo:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto persistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que tiver aplicado a penalidade.

O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados ao Estado judicialmente, inclusive pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento), sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (ETAPA/FASE)

Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico	Duração
1ª	Pagamento por parte do contratado ao Estado do valor ofertado em licitação.	01	Até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato
2ª	Prestação dos serviços bancários descritos no presente Projeto Básico.	01	De 01/01/2018 Até 31/12/2022

13. ANEXOS

Constituem anexos do Projeto Básico, dele fazendo parte integrante, os seguintes documentos:

Anexo A - Manual de Procedimentos Operacionais da Folha de Pagamento;

Anexo B - Relação dos Postos de Atendimento Bancário (PAB) e Postos de Atendimento Eletrônico (PAE);

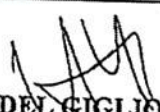
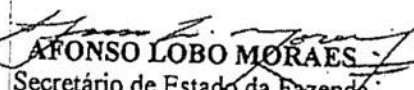
Anexo C - Pirâmide Salarial;

Anexo D - Capilaridade Mínima

14. DECLARAÇÃO

Declaramos que este Projeto Básico está de acordo com a Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.

Manaus, 26 de outubro de 2016.

Elaboração:  ALEX DEL GIGLIO Assessor do Secretário - mat. G190.645	Aprovado:  AFONSO LOBO MORAES Secretário de Estado da Fazenda
---	--

ANEXO "A" DO TERMO DE REFERÊNCIA

MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO:

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento contém as especificações técnicas necessárias à operação dos serviços a serem contratados pelo **ESTADO DO AMAZONAS**, para prestação de serviços bancários de realização da folha de pagamento dos servidores estaduais ativos, inativos e pensionistas das administrações direta e indireta do Estado.

2. ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO ESTADO

2.1. **O ESTADO DO AMAZONAS**, doravante denominado **ESTADO**, através de suas Secretarias de Estado, de suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, que processem pagamento de seu pessoal através do Sistema PRODAM, manterá na instituição financeira vencedora do presente certame, doravante denominada **BANCO**, contas bancárias transitórias para o funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal do Estado, abrangendo o seguinte público alvo:

2.1.1. **SERVIDORES ATIVOS** - são todas as pessoas em atividade nos Órgãos da Administração Direta e nas Entidades da Administração Indireta, do Poder Executivo Estadual, perfazendo um quantitativo da ordem de 78.726 (setenta e oito mil, setecentos e vinte e seis) servidores.

2.1.2. **SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS** - são todas as pessoas em inatividade, oriundas dos Órgãos da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta, do Poder Executivo Estadual, dos Poderes, bem como dos órgãos autônomos do Estado que são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado; e são todos os dependentes, que passaram a receber pensão após falecimento dos servidores ativos e/ou inativos, das Administrações Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, demais Poderes, bem como dos órgãos autônomos que são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado, respectivamente. O quantitativo é da ordem de 23.999 (vinte e três mil, novecentos e noventa e nove) servidores inativos e pensionistas. Esse contingente é objeto de administração do Instituto de Previdência do Estado do Amazonas - **AMAZONPREV**.

Obs.: Os servidores e dependentes que não se enquadram nessa categoria recebem seus proventos e pensões através do Instituto Nacional do Seguro Social - **INSS**, não tendo, portanto, vínculo algum com o Estado.

3. PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DE PESSOAL DO ESTADO

3.1. O pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive a gratificação natalina,

será realizado de acordo com calendário definido pelo ESTADO.

3.2 Atualmente o calendário é cumprido ao longo de 10 (dez) dias consecutivos, distribuindo-se entre eles os depósitos diários destinados à remuneração das categorias acima identificadas.

4. CONTAS CORRENTES VINCULADAS AO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

4.1. O **ESTADO** manterá em Agência do **BANCO**, obrigatoriamente situada em Manaus (AM), contas correntes transitórias, que servirão exclusivamente para o crédito do montante líquido para o pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, com antecedência de 01 (um) dia útil da data prevista para o mesmo.

4.2. O **BANCO** deverá estar preparado para atender ao cronograma de pagamento do pessoal do **ESTADO**, considerando a totalidade dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

4.3. O **BANCO** disponibilizará para o **ESTADO** a opção de bloqueio e desbloqueio de créditos até um dia antes da efetivação do crédito em conta corrente do servidor, por meio de transmissão de arquivos.

4.4. Relativamente à administração indireta serão mantidos os mesmos procedimentos estabelecidos para a Administração Direta.

5. MODALIDADES DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO ESTADO

5.1 O Sistema de Pagamento de Pessoal do Estado será movimentado através das modalidades seguintes:

5.1.1 DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE.

5.1.2 **DEPÓSITO EM OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA**, em caso de determinação judicial ou inexistência de agência do **BANCO** no domicílio dos servidores ativos e inativos, e pensionistas, entre outros casos legalmente previstos, sem que isso implique em aumento de despesas para o Tesouro Estadual.

6. BASE DE DADOS PARA PAGAMENTO DE PESSOAL DO ESTADO

6.1. Para implantação e manutenção do pagamento dos servidores ativos e inativos, e pensionistas, o **ESTADO** remeterá ao **BANCO** arquivo em meio digital, com leiaute no padrão FEBRABAN 240 posições, contendo as informações necessárias à operacionalização da folha de pagamento.

7. PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO INICIAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

7.1. O **ESTADO** emitirá arquivo de dados cadastrais para abertura das **CONTAS CORRENTES**,

que será enviado ao BANCO em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, contendo as informações previstas na Resolução nº 2025/1993-BCB, expedida pelo Banco Central.

7.2. O ESTADO emitirá outros arquivos correspondentes aos créditos dos pagamentos de cada um dos dias de seu calendário, que serão enviados ao BANCO em até 05 (cinco) dias úteis da data prevista para realização de cada crédito.

7.3. O BANCO realizará os testes preliminares necessários à validação dos arquivos recebidos e informará ao ESTADO a existência de eventuais inconsistências, até o 2º (segundo) dia útil após a sua recepção.

7.4. Havendo alguma inconsistência, os arquivos serão imediatamente encaminhados ao ESTADO, para que sejam adotadas as providências necessárias à sua correção.

8. ROTINA OPERACIONAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

8.1 O processamento mensal do pagamento, em qualquer de suas modalidades, ocorrerá segundo a sistemática seguinte:

8.1.1 O ESTADO emitirá um arquivo correspondente ao crédito de pagamento, dos servidores ativos e inativos, e pensionistas, até 03 (três) dias úteis da data prevista para o pagamento.

8.1.2 O BANCO realizará os testes preliminares necessários à validação dos arquivos recebidos e informará ao ESTADO a existência de eventuais inconsistências, no 1º (primeiro) dia útil após a sua recepção;

8.1.3 Havendo alguma inconsistência, o ESTADO emitirá o arquivo retificado contendo o crédito dos servidores ativos e inativos, e pensionistas, até 01 (um) dia útil antes da data prevista para o pagamento;

8.1.4 Os dados constantes dos arquivos de pagamento deverão ser disponibilizados ao ESTADO, após processamento, para que promova alterações, inclusões e exclusões, através de troca eletrônica de arquivos;

8.1.5 Os bloqueios e desbloqueios de pagamento são de responsabilidade exclusiva do ESTADO, devendo sua operacionalização ser efetuada por meio da troca de arquivos eletrônicos;

8.1.6 O BANCO deverá disponibilizar rotina para atendimento de determinações judiciais, que possibilite pagamento a terceiros e depósitos em outras instituições bancárias, sem que isso implique em aumento de despesas para o Tesouro Estadual;

9. TRANSMISSÃO ELETRÔNICA DE DADOS

9.1. Os dados para pagamento serão transmitidos pelo ESTADO, individualmente ou em lote,

utilizando os serviços de comunicação eletrônica, detalhados no item 4, executando as atividades seguintes:

9.1.1. Geração de arquivos para pagamento de remunerações a servidores ativos e benefícios previdenciários a servidores inativos e pensionistas;

9.1.2. Inclusão de depósitos em Conta Corrente;

9.1.3. Impressão de relatórios.

10. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DO DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE

10.1. O Depósito em Conta Corrente obedecerá ao mesmo procedimento adotado para uma conta corrente regular;

10.2. A conta corrente deverá ter como titular o servidor ativo e inativo, e pensionista.

10.3. Os servidores ativos e inativos e pensionistas, que receberem através da modalidade Conta Corrente, terão assegurados mensalmente, nos termos do art. 6º da Resolução 3.424/06 do Conselho Monetário Nacional e da Circular nº 3.338/06 do Banco Central do Brasil, a isenção de tarifas, taxas ou encargos de qualquer natureza para os seguintes serviços e produtos, sem prejuízo dos estabelecidos nos citados normativos:

10.3.1. 05 transferências, totais ou parciais, dos créditos para outras instituições;

10.3.2. 05 saques, totais ou parciais, dos créditos;

10.3.3. Fornecimento de cartão magnético e

10.3.4. Talonário de cheques para movimentação de créditos, com dez folhas.

11. RESPONSABILIDADE POR ERRO, OMISSÃO OU INEXATIDÃO DOS DADOS CONSIGNADOS NO ARQUIVO EM MEIO DIGITAL

11.1. O BANCO na qualidade de simples prestador de serviços, fica isento de responsabilidades, inclusive perante terceiros, por erro, omissão ou inexatidão dos dados consignados no arquivo em meio digital apresentado, limitando-se a recebê-lo e a processá-lo conforme o estabelecido neste manual.

12. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BANCO:

12.1. Na operação do Sistema de Pagamento de Pessoal do Estado, o BANCO cumprirá as seguintes obrigações especiais:

- 12.1.1. Instalar em Manaus uma unidade gestora do contrato, indicando um Gestor responsável pelo atendimento ao ESTADO e pelo cumprimento das obrigações decorrentes do futuro contrato.
- 12.1.2. Instalar, até o dia do início do pagamento da primeira folha, sob sua responsabilidade, no mínimo, Postos de Atendimento Eletrônico (PAE) em prédios nos diversos Órgãos e Entidades do Poder Público Estadual, em conformidade com o Anexo B.
- 12.1.3. Implantar, no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, Postos de Atendimento Bancário (PAB), nos locais onde atualmente funcionam esses postos em prédios nos diversos Órgãos e Entidades do Poder Público Estadual com endereços indicados no Anexo B.
- 12.1.4. Proceder, sem ônus para o ESTADO, todas as adaptações de seus softwares necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento.
- 12.1.5. Disponibilizar aos servidores ativos e inativos, e pensionistas, a impressão de demonstrativos de pagamento (contracheque), nos terminais de autoatendimento, limitada a gratuidade a emissão de 02 (duas) impressões mensais.
- 12.1.6. Manter o histórico dos pagamentos de pessoal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados dos últimos 60 (sessenta) dias e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido. Findo o contrato os arquivos deverão ser fornecidos ao ESTADO;
- 12.1.7. Solicitar anuência do ESTADO em caso de implementação de alterações no sistema de pagamento utilizado pelo BANCO que impliquem em modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com o ESTADO ou com seus servidores ativos e inativos, assim como pensionistas;
- 12.1.8. Disponibilizar relatórios periódicos, analíticos e sintéticos, em meio digital e impressos, estes por solicitação do ESTADO quando for necessário, contemplando pagamentos efetuados, bloqueados, desbloqueados, por período, nome, CPF, agência, conta corrente e valor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados dos últimos 60 (sessenta) dias e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido.
- 12.1.9. Disponibilizar aos servidores ativos, inativos e pensionistas, cartão de crédito consignado, com taxas atrativas, a partir do início da execução dos serviços, ou seja, 01/01/2018.
- 12.1.10. Disponibilizar a modalidade de crédito consignado nos terminais de autoatendimento e telefones celulares (*mobile*) visando maior acessibilidade, facilidade e segurança no atendimento. Esse serviço deverá estar disponível 24 horas por dia e em qualquer local do país.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

000053

AFEAM
FLNº 64

Fls. 58

13. DEMAIS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO E PAGAMENTO

13.1 A arrecadação de Receitas do Tesouro Estadual, exceto transferências da União, totalizaram no período de janeiro a junho de 2016, R\$ 4.896.355.094,51 (Quatro bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos) sendo que aproximadamente R\$ 3.951.232.892,81 (três bilhões, novecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos) corresponderam a impostos (ICMS, IPVA, ITCD) e demais receitas de taxas, serviços e dívida ativa.

13.2 O DETRAN-AM arrecadou no período de janeiro a junho de 2016 o montante de R\$ 35.444.569,16 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos)

13.3 Os pagamentos aos fornecedores do Estado no período de janeiro a junho de 2016, importaram em aproximadamente R\$ 2.946.525.500,22 (dois bilhões, novecentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quinhentos reais e vinte e dois centavos), referindo-se a 26.590 pagamentos efetuados correspondendo a 10.251 fornecedores.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ANEXO "B"

COS
000060

Fls. 59

A FEAM
FL. Nº 62

PAC - POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (08)

NOME INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	BARRIO	TIPO DE DEPENDÊNCIA
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - PARINTINS	RUA JONATHAS PEDROSA - 404 43 - 5171	PARINTINS	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - CIDADE NOVA	AV. NOBIL MOUTES, 1320	CIDADE NOVA I	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - COMPENHA	AV. BRASIL, 1323	COMPENHA	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - ALVORADA	AV. DESENHO JOÃO MACHADO, 4922	ALVORADA	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - PORTO	RUA MARQUES DE SANTA CRUZ, 264	CENTRO	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SÃO JOSÉ	ALAMEDA COSME FERREIRA, 3047	SÃO JOSÉ	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - EDUCANDOS	AV. REIRA RIO, 5/21	EDUCANDOS	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC
PAC-POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - MANACAPURU	AV. BOLIVAR PEDRO RATES, 1645	MANACAPURU	Posto de Atendimento ao Cidadão - PAC

PAB - POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO (21)

NOME INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	BARRIO	TIPO DE DEPENDÊNCIA
SECRETARIA DE EST. DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO	AV. PERIMETRAL D. 1264	JA-PIMI	Posto de Atendimento Bancário - PAB
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AV. BRASIL, 2021 - PRÉDIO	COMPENHA II	Posto de Atendimento Bancário - PAB
FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE	AV. CARVALHO LEAL, 1778	CACHOEIRINHA	Posto de Atendimento Bancário - PAB
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ (PGI)	RUA EMÍLIO MOREIRA, 1308	PRACA 14	Posto de Atendimento Bancário - PAB
AFETAM - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ	AV. CONSTANTINO MERY, 3731	FLORES	Posto de Atendimento Bancário - PAB
DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	RUA RECIFE, 1800	ADRIANÓPOLIS	Posto de Atendimento Bancário - PAB
SEAD - SECRETARIA DE ESTADO DE ADM. REC. HUMANOS E PRV.	RUA RECIFE, 1320	PQ 10 DE NOVEMBRO	Posto de Atendimento Bancário - PAB
SEDE DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA RECIFE, 1320	FLORES	Posto de Atendimento Bancário - PAB
SUBAR - SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DO AMAPÁ	RUA RECIFE, 1320	CORADO	Posto de Atendimento Bancário - PAB
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA RECIFE, 1320	D. PEREIRA	Posto de Atendimento Bancário - PAB
MAI TENDÊNCIA DE ANA BRAGA	AV. PEDRO TEIXEIRA, 130	SÃO JOSÉ I	Posto de Atendimento Bancário - PAB
OLINDORA - CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO	AV. DESENHO JOÃO MACHADO, 4922	PLANALTO	Posto de Atendimento Bancário - PAB
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	AV. TOBOLATO TAPAJÓS, 1305	FLORES	Posto de Atendimento Bancário - PAB
OLINDORA E CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO	AV. REIRA RIO, 5/21	EDUCANDOS	Posto de Atendimento Bancário - PAB
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SUSAM	ALAMEDA COSME FERREIRA, 5/21	SÃO JOSÉ I	Posto de Atendimento Bancário - PAB
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SUSAM (MAT. CIDADE NOVA)	AV. CAMAPUÁ, 108	CIDADE NOVA II	Posto de Atendimento Bancário - PAB
11 BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA BENJAMIN CONSTANT, 2150	PETROPOLIS	Posto de Atendimento Bancário - PAB
SECRETARIA DE EST. DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO	AV. PERIMETRAL D. 1264	JAPIIM	Posto de Atendimento Bancário - PAB
FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE	AV. CARVALHO LEAL, 1778	CACHOEIRINHA	Posto de Atendimento Bancário - PAB
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ (PGI)	RUA EMÍLIO MOREIRA, 1308	PRACA 14	Posto de Atendimento Bancário - PAB
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	AV. BRASIL, 2021 - PRÉDIO	COMPENHA II	Posto de Atendimento Bancário - PAB

PAE - POSTO DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO (29)

NOME INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	BARRIO	TIPO DE DEPENDÊNCIA
HOSPITAL P. SOCORRO DE JOÃO LUIZ PEREIRA MACHADO	ALAMEDA COSME FERREIRA, 5/21	SÃO JOSÉ I	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SUBAR - SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DO AMAPÁ	ALAMEDA COSME FERREIRA, 7600	SÃO JOSÉ I	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE DO AMAPÁ	AV. ANDRÉ ARAÚJO, 701	ALFREDO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
24 BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ	AV. ALTAZ MIRIM, 7647	JOSÉ TEIXEIRA	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
MATERIDADE CIDADE NOVA DONA NAZARE DADU SUSAM	AV. CAMAPUÁ, 108	CIDADE NOVA	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ	AV. CARVALHO LEAL, 1778	CACHOEIRINHA	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
HOSPITAL ADRIANO JORGE	AV. CODAUS, 1303	CACHOEIRINHA	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAPÁ	AV. CODAUS, 26	PETROPOLIS	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
PAM CODAUS - POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	AV. CODAUS, 26	PRACA 14 DE JANEIRO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
AFETAM - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ	AV. CONSTANTINO MERY, 3731	FLORES	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
POLÍCIA GOVERNADOR SILBERTO MESTRINHO	AV. GILVILDO VARGAS, 341	CENTRO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
DETRAN - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	AV. MAJOR GABRIEL, 1970	PRACA 14 DE JANEIRO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO	AV. PEDRO TEIXEIRA, 5/21	PLANALTO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SECEL - SECRETARIA DE EST. DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	AV. PEDRO TEIXEIRA, 400	PLANALTO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
11 BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ	AV. RAMOS D. 345 - AMAR. MENDES 5/21	PETROPOLIS	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO	AV. RECIFE, 1583	ADRIANÓPOLIS	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	AV. TEPE, 850	JAPIIM	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SEDE DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	RODOVIA DEP. VITAL MENDONÇA, KM 9	FLORES	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SECRETARIA DE FAZENDA - SETAZ ALFREDO	RUA ANDRÉ ARAÚJO, 130	ALFREDO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
11 BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA BENJAMIN CONSTANT, 2150	PETROPOLIS	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
PUM - PUM, ALFREDO DA MATA, GOV. DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA CODAUS, 26	CACHOEIRINHA	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA DAS ROSAS, 5/21	ALFREDO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
AMAZONPREV - FUNDO PREV. DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA DUQUE DE CAMARGOS, 451	CENTRO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA EMÍLIO MOREIRA, 1308	PRACA 14 DE JANEIRO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SETAZ	RUA IMAMUNDA, 1018	PRACA 14 DE JANEIRO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
PROGAM - PROCESSAMENTO DE DADOS DA AMAZÔNIA S.A.	RUA JONATHAS DA PEDROSA, 1937	PRACA 14	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	RUA RECIFE, 1800	ADRIANÓPOLIS	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SEAD - SECRETARIA DE ESTADO DE ADM. REC. HUMANOS E PRV.	RUA RECIFE, 1320	PQ 10 DE NOVEMBRO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO AMAPÁ	RUA SÃO LÁZARO, 5/21	SÃO LÁZARO	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE

PIRÂMIDES SALARIAIS

PIRÂMIDE SALARIAL - SERVIDORES ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

<u>Faixa Salarial</u>	<u>Quantidade de funcionários</u>
Faixa 01 - Até 1.000,00	14.863
Faixa 02 - De 1.000,01 até 2.000,00	32.431
Faixa 03 - De 2.000,01 até 4.000,00	20.206
Faixa 04 - De 4.000,01 até 6.000,00	6.483
Faixa 05 - De 6.000,01 até 8.000,00	2.068
Faixa 06 - De 8.000,01 até 10.000,00	1.044
Faixa 10 - Acima de 10.000,01	1.631
Total	78.726

Valor da folha mensal bruta - R\$ 286.341.865

Valor da folha mensal líquida - R\$ 192.905.656

PIRÂMIDE SALARIAL - SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS - INSTITUTO DE PREVIDENCIA - AMAZONPREV

<u>Faixa Salarial</u>	<u>Quantidade de funcionários</u>
Faixa 01 - Até 1.000,00	3.900
Faixa 02 - De 1.000,01 até 2.000,00	13.183
Faixa 03 - De 2.000,01 até 4.000,00	3.968
Faixa 04 - De 4.000,01 até 6.000,00	1.343
Faixa 05 - De 6.000,01 até 8.000,00	534
Faixa 06 - De 8.000,01 até 10.000,00	171
Faixa 10 - Acima de 10.000,01	900
Total	23.999

Valor da folha mensal bruta - R\$ 85.895.089

Valor da folha mensal líquida - R\$ 60.729.214

PREVISÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES DOS PRÓXIMOS CINCO ANOS:

ANO 1	103.547
ANO 2	104.375
ANO 3	105.210
ANO 4	106.052
ANO 5	106.900
TAXA MÉDIA ANUAL	0,80%

ANEXO "D"
REDE DE ATENDIMENTO - RELAÇÃO DE LOCALIDADES (6A)

Município	Capilaridade Mínima
APUI	01 Agência
AUTAZES	01 Agência
BARCELOS	01 Agência
BARREIRINHA	01 Agência
BENJAMIN CONSTANT	01 Agência
BOCA DO ACRE	01 Agência
BORBA	01 Agência
CANUTAMA	01 Agência
CARAUARI	01 Agência
CAREIRO	01 Agência
COARI	01 Agência
CODAJÁS	01 Agência
EIRUNEPÉ	01 Agência
FONTE BOA	01 Agência
HUMAITÁ	01 Agência
IRANDUBA	01 Agência
ITACOATIARA	01 Agência
LÁBREA	01 Agência
MANACAPURU	01 Agência
MANAUS	27 Agências
MANICORÉ	01 Agência
MAUÉS	01 Agência
NHAMUNDÁ	01 Agência
NOVA OLINDA DO NORTE	01 Agência
NOVO AIRÃO	01 Agência
NOVO ARIPUANA	01 Agência
PARINTINS	01 Agência
PRESIDENTE FIGUEIREDO	01 Agência
RIO PRETO DA EVA	01 Agência
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	01 Agência
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	01 Agência
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	01 Agência
TABATINGA	01 Agência
TEFÉ	01 Agência
URUCARÁ	01 Agência